

Bastonário acusa governo de formar médicos "para exportar"

Vagas. José Manuel Silva contesta os 1517 lugares em Medicina e avisa candidatos para esperarem "dificuldades". Já o bastonário dos Engenheiros considera que ajuste na área já está feito

PEDRO SOUSA TAVARES

O bastonário da Ordem dos Médicos, José Manuel Silva, acusou o Ministério do Ensino Superior de "não ouvir as razões da ordem nem informar-se dos estudos que existem sobre demografia médica" na decisão de manter as 1517 vagas iniciais de Medicina na 1.ª fase de acesso ao ensino superior, cujas candidaturas arrancam hoje.

Ao DN, José Manuel Silva defendeu que Medicina "vai continuar a ser o único curso que tem um *numerus clausus* definido politicamente e não tecnicamente", com consequências para os futuros médicos e para os próprios doentes.

"Os jovens que entrarem em Medicina já sabem que parte deles não conseguirá fazer a especialidade em Portugal e que muitos deles, com ou sem especialidade, terão de emigrar", avisou, acrescentando: "Além da despesa de estarmos a formar médicos especialistas para exportar a custo zero — estão a emigrar mais de 400 médicos por ano —, são as questões éticas

de estarem a treinar com os nossos doentes para depois irem tratar, já treinados, os doentes estrangeiros."

O bastonário deixou mesmo um aviso aos candidatos ao ensino superior que estão a pensar concorrer a este curso apenas porque podem fazê-lo — por terem médias elevadas — ou porque "os pais" lhes aconselham essa opção: "Os jovens que escolherem Medicina devem fazê-lo por vocação. Se estão à espera de um emprego bem remunerado e seguro, esse tempo acabou", disse. "Vão entrar numa profissão extremamente exigente, mal remunerada para as funções e que não tem emprego certo em Portugal", alertou.

José Manuel Silva admitiu que "faltam médicos no Serviço Nacional de Saúde". Mas defendeu que não é a formar muitos profissionais que se resolve: "Faltam porque não são contratados, porque as condições que lhes oferecem, para trabalhar num contexto extremamente difícil, não são minimamente atrativas. E é por isso que os médicos emigram."

Já o bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Mineiro Aires, defendeu ao DN que em relação aos cursos desta área faz sentido "a manutenção das vagas onde estão atualmente", considerando que o essencial do ajustamento do setor já foi concluído.

Este ano, algumas universidades e alguns politécnicos voltaram a re-

Ordem diz que alunos treinam em doentes portugueses e vão tratar os estrangeiros

duzir ligeiramente a sua oferta, nomeadamente na Engenharia Civil. Mas a grande área da Engenharia e Técnicas Afins continua a dominar nas ofertas, com 9083 vagas a concurso (17,7% do total).

Para Carlos Mineiro Aires, não vale a pena ir mais além. "Num passado muito recente, chegaram a existir em Portugal 593 cursos de engenharia, com as mais diversas de-

signações", lembrou. "Na verdade, houve um ajustamento natural motivado pela procura. E também pela qualidade da oferta em algumas áreas, temos de ser francos."

Mas agora é chegada a altura de passar uma outra mensagem: "Não podemos deixar de produzir engenheiros, que nos vão fazer falta em breve", considerou. "Desinvestir ou limitar a formação na área das engenharias é liquidar o futuro do país", avisou, considerando que "qualquer produção transacionável" está "intrinsecamente ligada à engenharia e aos engenheiros".

Não apenas de engenheiros civis: "Há empresas de outras áreas, sem ser a Civil, que procuram engenheiros e não os encontram", avisou. Mas também esta, considerou, já estará a superar a crise na construção civil, que afastou muitos alunos. "É incompreensível que se afastem da Engenharia Civil e vão para o curso em que é mais difícil arranjar emprego, que é a Arquitetura", avisou.

O DN tentou, sem sucesso, falar com os bastonários das ordens dos arquitetos e dos advogados.